

# **II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI**

## **DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS II**

**LUCIANA FERREIRA LIMA**

**ELISAIDE TREVISAM**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

**Diretoria - CONPEDI**

**Presidente** - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

**Diretora Executiva** - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

**Vice-presidente Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

**Vice-presidente Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

**Vice-presidente Sudeste** - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

**Vice-presidente Nordeste** - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

**Representante Discente:** Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

**Conselho Fiscal:**

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

**Secretarias**

**Relações Institucionais:**

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

**Comunicação:**

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

**Relações Internacionais para o Continente Americano:**

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

**Relações Internacionais para os demais Continentes:**

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

**Eventos:**

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

**Membro Nato** - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direitos humanos e fundamentais II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Elisaide Trevisam

Luciana Ferreira Lima – Florianópolis: CONPEDI, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-191-3

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Direito, pandemia e transformação digital: novos tempos, novos desafios?

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. II Encontro Virtual do CONPEDI (2: 2020 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



## II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

### DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS II

---

#### **Apresentação**

O Evento Virtual do CONPEDI, realizado em dezembro de 2020, contou com as apresentações de relevantes trabalhos na seara dos Direitos Humanos, Fundamentais, Sociais, Seguridade e Previdência no Grupo de Trabalho realizado no dia 07.

O evento foi promovido em meio ao isolamento físico decorrente da pandemia de COVID-19 que assola diversos países. Ressalta-se, nesse sentido, que o CONPEDI manteve o seu pioneirismo e compromisso com a pesquisa acadêmica jurídica, mesmo diante de situação tão peculiar, realizando o evento em formato inteiramente virtual, com materiais digitais e participantes de todo Brasil.

Ademais, cabe mencionar a coragem do CONPEDI em dar continuidade às suas atividades nesse contexto, trazendo à baila relevantes temas na esfera dos direitos supra mencionados, de modo a cumprir seu papel social de encontrar soluções para superação da crise, bem como e, principalmente, construir pontes que viabilizem a retomada da vida social, somando-se os esforços para edificação de uma sociedade substancialmente democrática, plural e fraterna.

No que concerne aos instigantes temas trazidos neste Grupo de Trabalho, pode-se observar que as discussões que envolvem violência de gênero são cada vez mais recorrentes, o que demonstra mudança de paradigmas e maturidade acadêmica. O tema tornou-se ainda mais emergente, diante da necessidade associar os direitos das mulheres à pandemia de COVID-19. Sobre essa temática tivemos os trabalhos de Joseane Medtler de Oliveira, sob orientação da professora Caroline Fockink Ritt, e do acadêmico Lucas Jorge João Bizzocchi. Já Beatriz Falchi Corrêa apresentou um estudo sobre a questão dos direitos das mulheres nos países islâmicos, sob uma perspectiva dos direitos humanos e da multiculturalidade.

A temática das Fake News foi objeto de pesquisa de Lucia Maria de Sousa e Vivian Beatriz Alves Andrade, sob a orientação da professora Mariana Oliveira de Sá, que discorreram sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional nesta seara, como, também, do acadêmico Victor Augusto Saraiva Luz, que apresentou um valioso trabalho relacionando a disseminação de notícias falsas com as questões de soberania e xenofobia.

No âmbito digital, tivemos os trabalhos de Fabiano Rafael de Oliveira que dissertou sobre a violação do direito à privacidade, através do uso dos algoritmos, e o trabalho de Sandy dos Reis Silva, com a orientação do professor Renato Bernardi que nos brindou com uma análise

do programa institucional de acessibilidade tecnológica da UENP.

Políticas públicas foi a tônica de Brenda da Silva, que abordou a questão em uma análise interdisciplinar entre direito e engenharia, sobre o saneamento básico e seus impactos sociais meio a pandemia da COVID-19. Laura Gripp Rosas também discorreu sobre políticas públicas, todavia, no âmbito da necessidade de inclusão da pessoa com deficiência para o combate ao capacitismo.

Vanessa de Souza Oliveira e Laís Burgemeister de Almeida desenvolveu um estudo histórico-jurídico com relação ao Código de Menores e as perspectivas da legislação infantil na ditadura militar, tendo como plano de estudo o “Caso Aracelli”. Ainda, com relação a criança e adolescente, Maria Clara Galego expôs sobre a contradição existente entre a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos atinente a concessão da nacionalidade brasileira à menores no processo de adoção.

No mesmo contexto da nacionalidade, Daniel Urias Pereira Feitoza apresentou estudo sobre sentença 168/13 proferida pelo Tribunal Constitucional Dominicano e as consequências com relação a convencionalidade e as regras de aquisição de nacionalidade do sistema interamericano de proteção direitos humanos.

Caio Alves da Cruz Gomes discorreu sobre a inefetividade de políticas de combate ao trabalho escravo no Brasil a partir da análise do caso “Fazenda Brasil Verde”, destacando as razões que levam à revitimização desse trabalhador.

Com a orientação do professor Jeferson Antonio Fernandes Bacelar, o acadêmico Caio Guimarães Rodrigues salientou em seu estudo a questão da atividade legiferante da Câmara Municipal de Belém (PA) na promoção de direitos fundamentais, durante a pandemia de COVID-19.

Por fim, foi pauta do debate a questão dos linchamentos no estado do Maranhão e a violação dos direitos humanos fundamentais, trabalho apresentado por Gabriella Carvalho Brito e Hyago Silva Borges de Oliveira, sob a orientação do professor Thiago Allisson Cardoso De Jesus.

Considerando todas essas temáticas relevantes, demonstrou-se que os temas estudados são capazes de quebrar paradigmas, promover mudanças sociais, atuar em defesas das minorias e grupos vulneráveis e garantir, em âmbito nacional, direitos internacionalmente adquiridos. Não pode ser outro senão o sentimento de satisfação que nós, coordenadoras, Luciana Ferreira Lima e Elisaide Trevisam, temos ao apresentar a presente obra. É necessário, igualmente,

agradecer enormemente aos pesquisadores que estiveram envolvidos tanto na confecção dos trabalhos quanto nos excelentes debates proporcionados neste Grupo de Trabalho. Por fim, fica o reconhecimento ao CONPEDI pela organização e realização desse histórico evento virtual.

Esperamos que essas excelentes leituras ajudem na reflexão do atual caminhar do Direito Humanos e que esta obra possa contribuir com a compreensão dos problemas do cenário contemporâneo brasileiro.

Elisaide Trevisan

Luciana Ferreira Lima

# **ATIVIDADE LEGIFERANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM (PA) NA PROMOÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS, DURANTE A PANDEMIA DE CONVID-19**

**Jeferson Antonio Fernandes Bacelar<sup>1</sup>  
Caio Guimarães Rodrigues**

## **Resumo**

### **INTRODUÇÃO**

A pesquisa justifica-se a partir da compreensão de que a atividade parlamentar deve se constituir em ação em prol da comunidade, da coletividade. Porém, tem-se a percepção de que diversas leis aprovadas não se identificam com as necessidades sociais, em especial das camadas menos favorecidas. Consequentemente, se estaria diante de um conflito com o ideal da democracia representativa brasileira, segundo o qual os eleitos materializam em suas ações e projetos a “vontade do povo”. Iniciou-se uma pesquisa que vai abranger toda uma legislatura da Câmara Municipal de Belém, qual seja, a de 2017-2020. Contudo, durante o ano de 2020 o planeta foi assolado pelos efeitos inesperados e devastadores de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), que causou a COVID-19, uma doença infecciosa, que em quadros graves, exige internação hospitalar para tratar de dificuldades respiratórias, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório, tendo ainda um percentual de mortalidade, alto, para os padrões de outros vírus já conhecidos. Assim, a pesquisa que se restringirá a analisar os projetos de leis apresentados e aprovados durante o último ano da legislatura, 2020, e que buscaram mitigar e enfrentar os problemas ocasionados pela pandemia da COVID-19 no sistema de saúde e de educação do Município de Belém, temas basilares no campo dos direitos fundamentais.

### **PROBLEMA DE PESQUISA:**

Os projetos de lei apresentados pelos vereadores e aprovados pela Câmara Municipal de Belém em 2020, a partir do momento em que a pandemia do SARS-CoV-2 atingiu o Brasil, corresponderem à necessidade de proteção e realização de direitos fundamentais relativos à saúde e educação?

### **OBJETIVO:**

Investigar se a atuação político-parlamentar legiferante dos vereadores da Câmara Municipal de Belém (2020), produziu instrumentos normativos aptos à concretização e à efetivação de direitos fundamentais, no contexto da pandemia causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2.

---

<sup>1</sup> Orientador(a) do trabalho/resumo científico

## MÉTODO

Inicialmente a pesquisa será bibliográfica para fundamentar a análise da atuação dos vereadores de Belém, com base no que a doutrina constitucional estabelece como ideal para os legislativos municipais. A seguir será solicitado à Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Belém, todos os projetos de lei apresentados e aprovados durante o ano de 2020, para avaliação geral nas ementas, buscando filtrar a natureza das proposições. O parâmetro utilizado será a identificação de projetos com conteúdo substantivo, que visem garantir a concretização ou a efetivação de direitos fundamentais, de educação e saúde, no contexto da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. A abordagem será qualitativa, com análise crítica dos dados coletados, e sistematização, visando apresentar conclusões e encaminhamentos

## RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se identificar se a atuação legiferante dos representantes que exerceram mandato na Legislatura 2017-2020, da Câmara Municipal de Belém, atendeu, seja na apresentação de projetos de lei, seja na aprovação de leis, o dever de garantir e efetivar direitos fundamentais de saúde e educação, em especial a partir do começo da pandemia do causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 .

**Palavras-chave:** direitos fundamentais, atividade legiferante, pandemia covid-19

### Referências

CASTRO, José Nilo de. Direito municipal positivo. 4.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O 'que é participação política. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DOWBOR, Ladislau. O que é poder local. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Estatuto da cidade comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FISCHER, Tania (Org. e Coord.). Poder local – governo e cidadania. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MOÁS, Luciane da Costa. Cidadania e poder local. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

SILVA, Edson Jacinto da. O Município na Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: LED, 2001.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo. O Local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.